

Comissão verá dívida dos Estados

Os senadores Chagas Rodrigues e João Castelo, relatores dos anexos da Sudene e dos Serviços da Dívida da União, respectivamente, dentro do projeto orçamentário, entregaram ontem seus relatórios sobre as emendas apresentadas ao projeto. O presidente da Comissão Mista do Orçamento, deputado Cid Carvalho, certo de que o prazo para apresentação dos pareceres não será prorrogado além de terça-feira, sabe, no entanto, que o grande problema ainda está para se resolver: a rolagem da dívida dos estados. Esta questão, segundo ele, praticamente centraliza a atuação da Comissão.

Até terça-feira os relatores setoriais enviam os pareceres so-

bre as propostas encaminhadas ao projeto orçamentário, que aumentam o percentual da rolagem da dívida para até 90 por cento. Enquanto este trabalho se desenvolve, o relator-geral, senador Almir Gabriel, aguarda dos secretários estaduais de Fazenda a previsão de receita para 89, com base na arrecadação de impostos que a partir de março passa a ser competência dos estados. A próxima semana será marcada por reuniões entre os membros da Comissão e os representantes estaduais.

Cid Carvalho reconhece o peso político deste problema e acha que não se pode sanar a crise com os governadores e a mesmo tempo levando os estados a uma si-

tução de bancarrota. Dentro da Comissão, o trabalho se desenvolverá a partir da verificação da veracidade das previsões de receita. Depois, segundo interpretação do presidente, deve ficar claro que as emendas apresentadas não podem servir como regra dentro da realidade orçamentária, mas só como exceção.

"A Comissão precisa agir com seriedade e competência. Em sua retomada de poderes, tem que deixar um crédito à Nação que não seja de irresponsabilidade", alerta Cid Carvalho. Ele lembra ainda que o órgão "não pode, amanhã, abrir o seu flanco para servir de bode expiatório numa eventual aceleração de crises".

pública
CORREIO BRAZILIENSE